

A incomunicabilidade humana  
em *O templo e a força*:  
a nova Torre de Babel

Human Lack of Communication  
in *O Templo e a Força*:  
the New Babel Tower

Cinthia Mara Cecato da Silva\*  
Cláudia Fachetti Barros\*  
Elizabeth Gerlânia Caron Sandrini\*

Silêncio e palavra

A couraça das palavras  
protege o nosso silêncio  
e esconde aquilo que somos

Thiago Mello

\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

**S**ilêncio nas palavras. Parece tão contraditório; porém, esse é, indubitavelmente, o maior de todos os silêncios. O romance *O templo e a força* (1999), de Luiz Guilherme Santos Neves, revela muito sobre essa dicotomia. Quando interesses antagônicos resolvem se unir, muitas vezes, a estratégia para evitar o embate é a do silêncio. Este, inicialmente, pode parecer ideal, então, o homem espera. Aguardando pela aurora da boca, mesmo que demore até o branquear dos cabelos, não muda de estratégia. Quando a couraça que envolve a palavra se rompe, surge a fala e, nela, o silêncio quebrado pode prenunciar o tombamento de pássaros que, cansados de esperar, resolvem lutar!

Muitos verões se sucederam até que negros escravos da povoação do Queimado, em Serra, estado do Espírito Santo (ES), pássaros cansados, tivessem coragem para lutar por sua liberdade. Ironicamente essa coragem chegou motivada por tudo que a palavra pode calar. A incomunicabilidade humana gerou a possibilidade, e com ela, em março de 1849, contrariando os projetos do Frei Gregório Maria de Bene, um negro rompeu o silêncio e disse: “[...] gritei e está gritado. [...] – Gritou e está gritado. O jeito é aguentar o berro da liberdade [...]” (NEVES, 1999, p. 115).

O berro da liberdade custou muitas vidas e sonhos, principalmente daqueles que, ultrajados, violentados, enforcados com o acalanto ou não do som das incelências, tiveram que conviver por muito tempo com o som do bacalhau. Mesmo que a liberdade não tenha chegado de fato, naquele momento, houve a ousadia do grito, e, conseqüentemente, o romper do silêncio. “Não mais se pode sufocar esse grito, não há mais como tirá-lo do ar, não há como impedir que atravesse o seio das matas, que percorra o Queimado, que atinja as cidades, que estremeça a província, que sacuda o Império” (NEVES, 1999, p. 115).

A incomunicabilidade que se abateu por ocasião da construção da Igreja de São José, na povoação do Queimado, em Serra, foi captada com primazia pelo literato capixaba, em uma “[...] reflexão metafísica, ao exame detalhado do

acontecido, procurando alcançar as razões dos fatos e surpreender as emoções e pensamentos das criaturas envolvidas na teia sinistra” (CEOTTO, 2000, p. 41). *O templo e a força* é uma volta ao tema-fascínio de Luiz Guilherme Santos Neves, a Insurreição do Queimado, posto que o autor, em 1977, ao escrever o documento cênico *Queimados*, deixou evidenciado o ar de rascunho de algo que estaria por vir.

A reflexão sobre um dos locais mais chocantes da trama – a cadeia onde os prisioneiros e, ao mesmo tempo, líderes do movimento condenados à força – leva o interlocutor da obra a entender as causas de um destino de face muito cruel. O desfecho do fatídico fato histórico revela-se verdadeira “teia sinistra”, que atrelada à construção de uma igreja, nos lembra outro episódio muito conhecido dos judaico-cristãos: a construção da Torre de Babel. Os episódios se imbricam na medida em que ambos ocorreram consequências desastrosas, tanto para os construtores quanto para o objeto em construção. Lembremo-nos do episódio de Babel:

Toda a terra tinha uma só língua, e servia-se das mesmas palavras. Alguns homens, partindo para o oriente, encontraram na terra de Senaar uma planície onde se estabeleceram. E disseram uns aos outros: “Vamos, façamos tijolos e cozamo-los no fogo”. Serviram-se de tijolos em vez de pedras, e de betume em lugar de argamassa. Depois disseram: “Vamos, façamos para nós uma cidade e uma torre cujo cimo atinja os céus. Tornemos assim célebre o nosso nome, para que não sejamos dispersos pela face de toda a terra”. Mas o senhor desceu para ver a cidade e a torre que construíram os filhos dos homens. “Eis que são um só povo, disse ele, e falam uma só língua: se começam assim, nada futuramente os impedirá de executarem todos os seus empreendimentos. Vamos: desçamos para lhes confundir a linguagem, de sorte que já não se compreendam um ao outro”. Foi dali que o Senhor os dispersou daquele lugar pela face de toda a terra, e cessaram a construção da cidade. Por isso deram-lhe o nome de Babel, porque ali o Senhor confundiu a linguagem de todos os habitantes da terra, e dali os dispersou sobre a face de toda a terra (BÍBLIA, 1994, p. 45).

O relato bíblico ensina que o espírito empreendedor do ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, estava possuído do pecado do orgulho. Este sentimento manifestou-se de modo insólito: pretenderam os homens erguer em uma planície uma torre tão alta que seu cume atingiria o céu. O que poderia ser

homenagem revelou-se, aos olhos de Deus, prova de uma soberba inominável. Assim, para castigar essa arrogância, Deus fez com que os homens deixassem de falar a mesma língua e, de tal forma, confundiu-os em suas comunicações. Eles, impossibilitados de continuar a obra monumental, se dispersaram por toda a terra.

Dispersão parecida ocorreu na comunidade do Queimado, por ocasião da construção da igreja em homenagem ao padroeiro São José, culminando com a Insurreição. Porém, a dispersão foi sentida não pelo castigo de Deus, mas pela incomunicabilidade que se abateu sobre os homens, trabalhadores daquela empreitada, que, assim como os de Babel, viram seus sonhos ruírem. Sonho para o povo que se estabeleceu em Senaar de alcançar o céu em toda sua plenitude, e de liberdade para os escravos do Queimado. Nos dois episódios, há características muito semelhantes no que tange à dispersão e à busca de respostas ante os acontecimentos. Em *O templo e a força*, do diálogo entre Chico Prego e João da Viúva na cadeia, nota-se que as personagens buscam entender o desfecho dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que falam da dispersão dos companheiros em decorrência do movimento:

– Falo dos motivos e das razões, Chico. É disto que estou falando. Dos motivos e das razões, das coisas todas que se passaram, reunidas num laço só. [...]. Da nossa tristeza e da nossa desgraça, desta sina sem remédio, eu e Chico enfiados neste buraco frio e escuro, esperando a hora que não foi marcada por Deus mas, pelos homens, o chefe Elisiário, mais Carlos e Corcunda fugidos nos matos, o povo da cidade satisfeito com a condenação dos cativos. Responde Chico, por que é que tem de ser assim? Por quê? (NEVES, 1999, p. 10).

O processo de construção, o trabalho penoso e a incomunicabilidade que se abateu como castigo sobre os escravos foram algumas das razões que nos possibilitaram incorporar Babel nessa discussão. O mito da Torre de Babel, em seus variados recortes, culmina sempre com o desagrado divino pela prosápia humana e com um castigo exemplar, para além da destruição da construção: a quebra do entendimento universal entre os humanos, mediante a sua separação em várias línguas. Percebe-se que tais culminâncias, principalmente a

incomunicabilidade, lembram muito os episódios do *Queimado*, suscitando aspectos intertextuais.

A intertextualidade, que não é exclusiva da contemporaneidade, mas típica do Pós-modernismo, tem como ideia básica o seguinte pressuposto: todo texto lê um texto anterior. Nessa perspectiva, pode referir-se a outros textos e/ou contextos. Não sem motivo, usando o jogo intertextual, um autor pode mesclar o conhecimento de mundo e de outras leituras com a realidade ficcional de sua produção, construindo um efeito crítico. É o que ocorre em *O templo e força*. Essa obra rejeita a pretensão à verdade, que se dá ao discurso da História, sinalizando que tanto esta quanto a Literatura são “[...] construtos humanos, sistemas de significação” (HUTCHEON, 1991, p.127), que dão sentido ao passado. Na efetivação da “ficção sobre a ficção”, temos muito da realidade de Luiz Guilherme Santos Neves, posto que o literato dialoga com outro texto que ele mesmo criou, *Queimados* (1977). Dialoga, também, com “o linguajar dos cativos analfabetos, os jogos de repetições, as sonoridades, a recorrência ao intertexto folclórico e literário” (CEOTTO, 2000, p.43), com os relatos da historiografia não oficial e oficial. Nessa intertextualidade, Literatura e História se juntam, indicando que o mundo textual pode repetir uma realidade identificável, mas contém uma diferença decisiva: não tem as consequências inerentes ao mundo real da qual fez referência.

A nova Babel, objeto da ficção de Luiz Guilherme Santos Neves – que exigiu dos trabalhadores, para sua construção, marcação franciscana<sup>1</sup> –, também os levou a uma nova visão sobre a vida e sobre si mesmos, bem como ao mandatário da construção. Percebe-se, nesse jogo entre realidade e ficção, presente nos palimpsestos da obra, que os discursos histórico e literário são, como nos mostra Linda Hutcheon (1991, p. 53), semelhantes. A “falsificação” da História entra

---

<sup>1</sup> A expressão faz referência ao Frei Gregório Maria de Beni, que pertencia à Congregação Religiosa Franciscana e acompanhava acirradamente o trabalho dos escravos na construção da Igreja de São José.

como um processo crítico à própria História, segundo nos apresenta o literato capixaba.

Para explorar com maior propriedade a comunhão entre esses dois universos, aproximemo-nos da narrativa de Luiz Guilherme Santos Neves até o povoado de São José do Queimado, no ano de 1849. Frei Gregório Maria de Bene foi um dos muitos frades menores que veio da Itália pregar missões no Brasil. Partindo de uma visão mística, que durou pouco, porém lhe serviu como um “sinal”, ansiava pela construção, no Queimado, de um novo templo em honra ao patriarca São José. Templo este semelhante a outro que edificara durante uma outra missão de evangelização: “Foi então que viu, num lampejo de imaginação, a igreja branca sobressaindo contra o verde da mata, idêntica à que havia edificado em Goa, na Índia” (NEVES, 1999, p. 23). Essa nova tarefa seria para o frei “[...] mais do que as pregações evangélicas e a conversão dos gentios, aquela seria a sua missão na província do Espírito Santo” (p. 24).

O objetivo que trouxe o frei às terras do Espírito Santo, inicialmente, foi “[...] converter ao cristianismo os bugres que habitavam nas brenhas e nelas viviam à maneira de feras, como diziam os próprios capuchos, imbuídos de fervor catequético capaz de remover estrelas” (NEVES, 1999, p. 26). Nesse fervor, o frei quis ir além e, “[...] no primeiro domingo de agosto de 1845, [...] rezou a missa de lançamento da pedra fundamental da igreja, na colina do Queimado” (p. 26). Ciente de que a tarefa não seria das mais simples, o capucho via nos “[...] coronéis de alpercatas e alforjes de couro, de dedos encardidos pelos cigarros de palha” (p. 27), parceiros para a empreitada. Eles e seus escravos. Assim, conclamou os senhores e seus negros a participarem da construção da obra monumental. Naquele pedido, feito de maneira ardente, muito do que não foi dito será subentendido:

– Caríssimos irmãos, nenhum de vós pode ficar indiferente à fundação dessa importante obra devotada à suprema majestade do patriarca São José, pai adotivo de Nosso Senhor Jesus Cristo. Homens e mulheres, brancos e pretos, ricos e pobres devem todos dar contribuição, em

doações, subsídios e esmolas, a essa magnífica obra que será consolação dos homens na terra, e agrado de Deus no firmamento. Os que têm muito, dêem o que puderem. Os que de pouco dispõem, concorram com o possível de suas limitadas posses, que sempre haverá o que conceder. Quem nada tiver a oferecer, erga aos céus seus cantos e suas orações para maior sucesso da empreitada. A todos saberá o grande patriarca e provedor-mor prover em suas aflitivas necessidades para que não falte o pão em suas dispensas. Os cativos do Queimado e da Serra entrem com seu trabalho para ereção do templo, que é o que de melhor podem doar à glória do patriarca. Dessa maneira serão amparados por seus esforços e receberão a justa paga e a merecida compensação pelos sacrifícios que fizeram, porque Deus é pai de todos nós, e São José o pai adotivo do filho de Deus, que olha por todos os homens. Eu mesmo, [...] pobre franciscano que vive das esmolas das missas, das ofertas das santas missões e do pequeno emolumento que me subministra o Governo Imperial, assinei em primeiro lugar o livro dos donativos, calando com meu exemplo os que possam dizer que pede o frade o que é dos outros sem dar o que é seu [...] (NEVES, 1999, p. 28-29).

Ante ao discurso ardente de Frei Gregório, ao negro cativo, restou a dúvida: “[...] nem o mínimo nem o máximo de possibilidades donativas, e que dispensa nem sei o que seja para que a proteja de pão [...] só posso oferecer o que tenho a dar, o trabalho e o suor que me foram pedidos [...]” (NEVES, 1999, p. 28-29). Tais trabalho e suor, segundo o frei, serviriam como oferenda ao patriarca, que lhes daria uma merecida paga e justa compensação. “Não esclareceu o senhor frade, não esclarecerá o senhor São José [...]. Mas eu que sou negro e cativo, ponho-me a imaginar qual será a paga que me pagarão pelo meu suor de cada dia [...]” (p. 29). E a imaginação ferveu, acalentada pelo sonho de dignidade, sonho de toda uma existência, então o negro pensou:

[...] há mais do que uma aguda escassez de pão em minha vida, há mais que uma absoluta premência de dignidade em minha existência, escutai o que digo, senhor provedor das debilitadas dispensas. E compensai a minha penúria, supri a minha humana indigência de negro cativo, pois a mim, senhor São José, não me basta o pão para viver, porque nem só de pão vive o homem, atentai nesta frase, senhor frade, que nem de minha autoria ela é (NEVES, 1999, p.31).

Junto a esses pensamentos e a uma expectativa favorável à liberdade dos escravos, mesmo que pairasse a sombra da dúvida, estava posto o “conto do vigário”, na promessa do frei de que posteriormente intercederia junto aos senhores para que fosse dada a alforria de cada um dos negros que ali

trabalhassem – intenção talvez nunca imaginada pelo representante religioso. Frei Gregório, que já era uma figura hostilizada pelos senhores de escravos, ganhou, após o episódio da Insurreição e, ao longo dos anos, muitas versões sobre suas atitudes e palavras, após o lançamento da pedra fundamental para a construção da igreja.

Na versão dos opositores, era malicioso e espertalhão, tendo usado da boa-fé dos escravos, no intuito de lhes conseguir a alforria, a condição de “massa de manobra” para a construção da igreja. Na dos defensores, era um heroico missionário. Este, sacudido pelo espírito de liberdade que se abateu sobre a Europa e, na época em questão, no Brasil, quis minorar o sofrimento dos escravos. A construção da igreja serviria, desse modo, de agrado ao “Todo Poderoso”, que, por sua vez, ouviria os clamores dos que viviam sob a égide dos grilhões. Tal assertiva pode ser comprovada pelo fragmento extraído da obra *A Insurreição de 1849 na Província do Espírito Santo*:

Os escravos, [...] aguardaram pacificamente outra oportunidade redentora [...] quando apareceu na Freguesia do Queimado um Sacerdote, desses heróicos missionários catequistas que sempre se bateram contra a escravidão e a quem tanto deve o Brasil Colonial. Chamava-se ele Frei Gregório José Maria de Bene. Embora italiano, amou essa terra, que escolhe para missionar e, vendo a vida que levavam os escravos, num flagrante antagonismo com o espírito de liberdade, que sacudia as revoluções liberais do Brasil até a velha Europa, pensou em minorar-lhes os sofrimentos. Passou, desde então, a auxiliá-los espiritualmente, inculcando-lhes os ensinamentos da religião, fazendo-os bons e humildes para imitar a Cristo. [...] Animado com número tão elevado de fiéis, o Missionário resolveu erigir um Templo no meio de uma povoação de cinco mil almas. Os escravos não se cansavam de pedir em suas orações ao Todo Poderoso para que lhes enviasse suas bênçãos e lhes concedesse a graça de obter a alforria no dia em que a construção terminasse. Frei Gregório, certo da formação cristã dos senhores vizinhos, chegou mesmo a admitir que os escravos pudessem conseguir o que tanto almejavam (RESENDE, 1949).

Qual versão será a correta? Há quem defenda o frei e há quem o condene. O fato é que uma grande Babel se abateu no Queimado e a língua falada não era mais a mesma, posto que os interesses também não os eram. Como intérpretes, os homens conduziram suas palavras em uma grande couraça, como apontam

os versos de Tiago Mello, na epígrafe. Nela, o silêncio foi preservado para o bem das conveniências: para o frade – a da construção da igreja; para os negros – a da oportunidade, durante a celebração da primeira missa<sup>2</sup>, de que os corações, sensibilizados por meio dos apelos do religioso, concedessem-lhes a tão sonhada liberdade. Só assim, para os negros, o frei faria valer sua palavra, ou melhor, seu silêncio de palavras:

Frei Gregório falara, na primeira missa que rezou no Queimado, na justa paga que caberia a cada um. Paga para cativo, quando não queria dizer punição no tronco ou sob os açoites do bacalhau, só podia ser alforria. Ninguém perguntou o que ia ganhar construindo a igreja. Mas todos alimentavam em seu íntimo a ideia da liberdade (NEVES, 1999, p. 53).

O “silêncio de palavras”, contraditoriamente, um verdadeiro grito, no qual cabiam milhões de interpretações, certamente levou os negros a muitas inquietações. Estimulados por quem não calou, ao contrário, interpretou e falou bem à sua maneira, os negros selaram seu destino. A postura lembrava a de um líder, posto que assumia, com o auxílio das “exposições gesticulantes” do padre Clímaco, “uma visão nova do mundo e dos homens” (NEVES, 1999, p.45), foi a quem o frei dirigiu-se. Esse homem, ajudado por tudo que a incomunicabilidade poderia calar, conduziu o pavio ao barril cheio de pólvora, que foi aceso no Queimado.

Clímaco mandou que uma das mucamas chamasse o escravo. E disse-lhe quando chegou: – Quero que você saiba, Elisário, que o estou emprestando ao senhor frei Gregório José Maria de Bene, para construir uma igreja no Queimado. O serviço será nos domingos e dias santos. Você será pessoa da confiança do senhor frade, como se fosse eu mesmo quem estivesse à frente da obra. E é por seu intermédio que o frei vai tratar com os outros cativos, está entendendo? [...].

[...]

– Vou fazê-lo meu ajudante pessoal, – acrescentou frei Gregório (NEVES, 1999, p. 45-46).

Os acontecimentos eram vistos como se ocorressem em um grande palco: o Queimado que tinha o morro do Mestre Álvaro e o rio Santa Maria da Vitória

<sup>2</sup> A primeira missa celebrada na Igreja de São José do Queimado foi marcada para o dia 19 de março de 1849, data em que a Igreja Católica comemora a Festa de São José.

como limites. Além disso, as fazendas dos arredores, a vila de Nossa Senhora da Conceição da Serra e a cidade de Vitória eram como bastidores. Em um espírito que teimava em ouvir para além do silêncio, os negros planejaram inúmeros encontros nesse palco. Às escondidas, segundo o estudioso no assunto, o escritor Afonso Cláudio de Freitas Rosa, autor da obra *A Insurreição de Queimado*, esses encontros tiveram papel determinante no desfecho dos acontecimentos:

Em várias fazendas pequenas reuniões celebraram-se às ocultas, e os cabeças destarte arrebanhavam prosélitos com paciente persistência. Mensageiros cruzavam-se em várias direções para o norte da província; do sul veio um contingente de 20 escravos para engrossar a coluna insurrecionária. Da Serra, de Itapoca, de Viana, em suma de todos os centros onde transpiravam as deliberações tomadas em conciliábulos, afluíam adeptos à causa. [...] sob a aparência de desmedida obediência, os escravos odiavam os senhores e faziam sacrifícios de toda a sorte para adquirir armas (ROSA, 2010, s/p)

Tal qual ocorrera a Babel, a Insurreição do Queimado aproximou-se à versão de uma tragédia. Cerca de 300 escravos liderados pelos negros Elisiário, Chico Prego e João Monteiro, o João da Viúva, rebelaram-se para cobrar a suposta promessa feita pelo missionário italiano. Foi pela incomunicabilidade<sup>3</sup> que se fez entender que, em troca do trabalho, realizados aos domingos e feriados, os negros ganhariam a tão esperada liberdade. Mas de que liberdade falara frei Gregório? A dos grilhões ou a da alma que só seria possível gozar no paraíso pós-morte? Sobre esse verdadeiro jogo confuso de palavras, Luiz Guilherme Santos Neves ensina: “O pior da palavra é o mal-entendido que ela pode provocar entre os homens, contrário à boa compreensão que ela possa causar. A insurreição do Queimado foi, sob muitos aspectos, o desentendimento provocado pela palavra ‘mal dita’” (NEVES, 1999, p. 46).

<sup>3</sup>A incomunicabilidade, no sentido do texto, implica característica ou condição de quem ou do que está incomunicável. A par desse conceito, o enredo apresenta episódio que ilustra o que não foi comunicado: a proposta do Frei aos escravos que trabalhavam na construção da igreja de São José. Na versão do religioso, a paga pelo serviço seria a garantia do céu e, para os trabalhadores, a alforria.

No desentendimento da palavra “mal dita”, quiseram entender os negros a liberdade dos grilhões de que seria desfrutada nessa vida, o advento ao “mundo superior”. Essa “promessa” o frei não pôde cumprir. Assim, durante cinco dias, os revoltosos percorreram as fazendas obrigando alguns donos de escravos a conceder, pela força das armas, a alforria. O movimento foi gritado, não havia mais como voltar, agora era o “tudo ou nada”.

Diante da situação inusitada, o frei encolheu-se, sendo inclusive acusado por João da Viúva, quando inquirido, em razão de seu julgamento, de ser o verdadeiro responsável pela Insurreição, posto que, segundo o escravo, prometera liderar o movimento de liberdade e, no momento mais importante, escondera-se dos negros, agindo como medroso e fraco, sem espírito de liderança. Quando a situação lhe fugiu ao controle, não tendo escolha, tentando ganhar tempo no intuito de contorná-la, o frei rompeu a couraça que protegia suas palavras, recorrendo a Elisiário, decidindo ouvi-lo:

[...] frei Gregório resolveu ouvir Elisiário. [...] O frade sabia que seu nome estava irremediavelmente envolvido com o levante do Queimado. Qualquer tentativa que fizesse para aplacar a rebelião seria bem vista. Sua ação mereceria o reconhecimento geral e as graças do imperador. [...] Mas o que se passou verdadeiramente entre o frei e o chefe do motim, dentro da sacristia, só eles ficaram sabendo. [...] Quando reapareceu perante os companheiros, Elisiário trazia um papel na mão, que alegava ter recebido do capuchinho para ser assinado pelos fazendeiros. A ordem – explicou ele – era colher suas assinaturas. O frei completaria o documento, sacramentando a alforria.

[...]

- Agora era sair pelas fazendas e pegar as assinaturas dos fazendeiros, - disse Elisiário.

- E quem não assinar? – Indagou João.

- Assina por bem ou assina por mal, - retrucou Elisiário. [...] assina por bem ou assina por mal, assina por bem ou assina por mal... porque esta é uma frase que não deve ser dita, uma ordem que não deve ser ouvida, um ditame para não ser observado, quem o diz corre risco de vida, quem o ouve corre risco de morte, quem o segue tem seus dias contados (NEVES, 1999, p.119-120).

Com a desconstrução da certeza – “[...] o que se passou verdadeiramente entre o frei e o chefe do motim, dentro da sacristia, só eles ficaram sabendo” (NEVES, 1999, p. 120) –, e o conceito de real repensado, a história da Insurreição do

Queimado vai sendo revista criticamente. O autor capixaba credenciado pela Literatura e, ao mesmo tempo, livre para apresentar mais uma forma de contar a História, põe a nu muitas verdades. Nesse recontar, o que era admitido apenas como uma verdade, no singular, passa a ser repensado e visto como verdades no plural, ou pontos de vista, que não se excluem mutuamente. Assim, o episódio histórico salta do papel e ganha vida, com inúmeros pontos de vista e versões. Personagens se agigantam e ganham espaço digno na trama.

Elisiário, que além de inteligente tinha conhecimentos e habilidades, assume a liderança. Ele foi o cabeça do movimento. Em reuniões com os seus companheiros, estabelecia as formas de ação do movimento, pois, segundo o escritor Wilson Lopes de Resende (1949) "[...] procedia assim, iluminado pelo Missionário", conforme demonstra este trecho da obra, em que Elisiário dirige-se a seus companheiros:

– Eu já falei que o senhor padre não era de prometer por prometer se não pudesse garantir o prometido [...]. Mas, porém, agora é botar a igreja em pé, fiados na confiança que o padre merece. Ainda não se anunciava no horizonte a guerra apregoada nos campos de Aragão (NEVES, 1999, p. 103).

Chico Prego era o sinônimo da força, negro alto e forte; liderava pelo seu espírito de luta, por sua coragem. Verdadeiro gigante, não teve medo do desafio. "Agora, uma palavra digo: – destemido; outra palavra informo: impetuoso. Eis como defino Chico" (NEVES, 1999, p. 112). Mesmo preso e condenado à morte na forca, levado para Serra, viajando a pé as seis léguas, o negro não se envergava: "Chico não era angolano mas Mina. Dos minas, dizia-se que eram tão bravos que, aonde não chegavam com o braço, chegavam com o nome [...]" (p. 112). Para o movimento foi o impulsionador. Diante da hesitação dos companheiros, apressou-se em dizer: "Ou é agora ou nunca" (p. 112). Foi também quem definiu a liderança de Elisiário: "– Chefe Elisiário agora falou bonito, [...] proclamando, pela segunda vez, que a chefia do movimento cabia a ele" (p. 112). E, com sua ansiedade, foi quem estourou a Insurreição; dando seu "grito gritado" de viva à

alforria, “[...] seu nome se fez maior do que seu braço” (p. 112). Com isso, no grito, rugido de fera irredutível e eterno, cobrou as promessas que foram feitas. Não podendo tirar esse grito do ar, transformou-o em ousadia, verdadeiro grito de morte:

Eu, Chico Prego, gritei o meu grito, rompido do peito, trazido da África, para ser ouvido dentro e fora da igreja, bons ouvidos o ouçam. Meu grito gritado, guerreiros ouvi. Grito eu à porta do templo, ô casa, gritam guerreiros ao meu derredor, ô casa, aonde não puder chegar o meu braço que chegue o meu grito. Grito porque não posso pedir, grito para que ousem me dar. A força deste grito o levará adiante de mim, adiante no tempo, para ficar impresso na memória dos homens, irredutível e eterno. Não é um grito de dor, mas também não deixa de ser. Grito de alegria não é, mas também não deixa de ser, sendo o grito de liberdade que é, grito gritado que subirá as nuvens que anunciam a boa nova das lavouras de São José, boa nova também sendo o meu grito, proclamação de liberdade (NEVES, 1999, p. 116).

Lutando também pela liberdade estava João da Viúva, de fina percepção e de espírito questionador, pois era o mais ladino dos insurretos do Queimado. Nagô de origem, exibia em um braço a meia-lua que mostrava a influência que seu povo recebera do islamismo. A tatuagem exerceu fascínio dos negros que participavam da insurreição. Contando com a proteção de Alá, como se “[...] um versículo do Alcorão estivesse presente [...], gravado em sua carne” (NEVES, 1999, p. 117), João mostrava seu valor. Lapidado nos espíritos das insurreições ocorridas na Bahia – as guerras do Recôncavo –, trazia consigo um prenúncio de cigana: a sombra da guerra.

O dia estava quente, na ladeira do Pelourinho. A cigana interceptou-lhe a passagem, oferecendo-se para ler sua sorte.

- Que sombra? - Perguntou ele.

Ela bateu os olhos na meia lua no alto do braço, marca branca cravada a fogo na carne negra, e mais que depressa respondeu, a sombra da guerra. [...] foi o signo da guerra que, impregnado em sua retina, seus olhos viram escorregar do braço de João até a palma de sua mão, onde pousou as pontas maometanas no cruzamento da vida e da morte.

- Que guerra? – Voltou a indagar João.

- Grandes guerras se apregoam, lá nos campos de Aragoão, - limitou-se a responder a mulher (NEVES, 1999, p. 113).

Mal entendida, desde o início, essa “sombra” confundiu o nagô, principalmente quando os fatos na Bahia teimavam em se mostrar contrários ao prenúncio da

cigana do Pelourinho: caiu o forte do Monserrate e com ele o de Barbalho, São Pedro e a Fortaleza do Mar, e a “paz voltou a reinar onde a guerra se apregoara”. João se desencantou com a profecia: mal sabia ele seu verdadeiro destino. Envolta em uma aparente passividade, sua vinda para São Mateus na província do Espírito Santo era a aproximação da verdadeira sombra da guerra. Dessa forma, consolidou-se o mito, foi cumprida a profecia, eternizou-se: João da Viúva.

[...] passando depois à viúva Maria Monteiro do Jacuí, dona de uma pequena propriedade às margens do rio Uma, afluente do Santa Maria da Vitória, na Serra. Foi daí em diante que começou a ser chamado João da Viúva, apelido que o identificou com um dos chefes da Insurreição do Queimado. [...] Quando se envolveu na revolta, devia andar pelos vinte e cinco anos. Graças à sua fina percepção e ao seu espírito questionador, foi o primeiro cativo que acreditou nas promessas de frei Gregório de Bene, mas também o que delas desconfiou em primeiro lugar. [...] Dessas desconfianças nasceu o plano da rebelião (NEVES, 1999, p. 116).

E a sombra tomou conta, pouco a pouco, do Queimado, com a forma de frade, com a forma de força, em um badalar de sino que tocou antes da hora marcada. Selando o destino do pobre Zé Andiroba, cumpriu a profecia não só da cigana do Pelourinho como também dos negros do Queimado. E a sombra ganhou contorno, mesmo frágil e inconsistente, oculta no mato; corporificou-se em explosão de sentimento há muito contido, verdadeira algazarra que se traduziu em plano, um plano de guerra:

O plano de ação havia sido traçado na noite da véspera. A ordem de Elisário era que os cativos ficassem em torno da igreja, na missa de inauguração, sem demonstrar sua disposição para a luta. Os que estivessem armados deviam chegar cedo e se ocultar nos matos, aguardando a declaração de alforria. Somente em caso extremo, sob o comando dos chefes, as armas seriam utilizadas para pressionar os donos de escravos. [...].

A expectativa de todos era a de que a alforria viesse a ser concedida após o sermão do frade. Em proclamação solene, com o assentimento dos fazendeiros. Aceita no clima de festa, a instâncias do próprio frei. [...] O recurso à insurreição parecia uma possibilidade remota, cartada final a ser dada como forma de pressão, mas evitando-se ao máximo o conflito armado com os donos de escravos. [...]

Inconsistência e temeridade são palavras que cabem aqui ante a fragilidade do plano da revolta (NEVES, 1999, p.110).

O movimento explodiu. “Houve quem falasse em duzentos, trezentos deles, uma horda de escravos vindos de Carapina, Cariacica, do Mangaraí, da Serra, de Jacaraípe e até de São Mateus [...]”. Quantos eram esses negros? Ninguém sabe ao certo, o que se sabe é que “[...] o que soma na hora da guerra não é a quantidade da cambada, mas a sua disposição para a luta” (NEVES, 1999, p.111-112), e isso eles tinham, até que a “[...] improvisação começa a dominar os cabeças do movimento” (p. 113), quando se aperceberam que “[...] a promessa do frei passou de farinha a pirão” (p. 114). Sendo farinha ou pirão, não tinha mais jeito, agora era tocar em frente para a liberdade não agourar.

Cumprida a promessa cigana e o prenúncio de Andiroba, “a liberdade gorou”, no momento em que “Laurindo, escravo de Joaquim Ribeiro, depôs a espingarda no chão, inaugurando as deserções” (NEVES, 1999, p. 111), o pressentido se concretizava, “[...] a trovoada espocou ruidosamente da banda do Mestre Álvaro. [...] nuvens ameaçadoras” (p. 111) pairavam no Queimado. Será que a ira de Deus se manifestara? A igreja tal como a torre seria destruída com fogo? Isso, de fato, não ocorreu. Quanto à linguagem, foi profundamente confundida. Em quantas línguas? Quantos eram os trabalhadores, agora, insurretos do Queimado!

O movimento foi contido pela polícia da província. Os rebelados foram presos e julgados, cinco deles condenados à morte na forca. “Carlos, Elisiário e Corcunda, numa enxovia; João e Chico Prego, em outra, à espera da resposta do imperador do Brasil” (NEVES, 1999, p.112), ante a um pedido de indulto. O líder da Insurreição, Elisiário, juntamente com Carlos e Corcunda, escaparam da cadeia depois que a cela foi esquecida aberta. Os negros atribuíram o acontecimento a um milagre de Nossa Senhora da Penha. Refugiando-se nas matas do Morro do Mestre Álvaro, nunca mais foram recapturados.

Com a mão canhota, a sentinela girou a chave no cadeado da cela onde se encontravam Carlos, Elisiário e Corcunda. Pensou que tivesse feito o giro correto, da direita para a esquerda, como é a regra das fechaduras que se fecham. Mas inverteu o movimento das engrenagens

que se cerram. Sua mão estava sóbria naquela noite. [...] Pelo erro inesperado escaparam, da cadeia pública, Carlos, Elisiário e Corcunda. Na calada da noite. Para o lado oposto ao cadeado das forcas. Na direção do morro do Mestre Álvaro, onde nunca mais foram alcançados (NEVES, 1999, p.111-112).

Já Chico Prego, alcançado, fez valer o prenúncio da coruja, que cantou duas vezes, mesmo que ele fingisse não escutar. Foi enforcado em praça pública na própria Freguesia do Queimado, em frente à igreja que ajudou a construir. Não teve a sorte do auxílio da mão canhota, cumpriu-se a regra das fechaduras. Do que não se cumpriu, “[...] sobrou a certeza da morte, com hora marcada e capricho de punição” (NEVES, 1999, p.163). À espera da morte, Chico recordava o arrulho agourento que repercutiu em suas entranhas e lhe invadiu o espírito, despertando fantasmas que ele queria adormecer: “[...] ouço o que ouço e temo pelo que ouvi. Acima da minha vontade, [...], acima dos receios [...], a coruja estendeu sua negra mortalha, na noite chuvosa” (p. 163).

A negra mortalha também atingiu João da Viúva, que foi executado na forca, às 6 horas da manhã, do dia 8 de janeiro de 1850, três dias antes da execução de Chico Prego, na sede da Vila da Serra. Era o som da tragédia no arrulho agourento da coruja. Estava traçado o porvir. Além dos cinco escravos condenados à morte na forca, vinte e cinco receberam como castigo açoites, “[...] variando entre trezentos a mil, num máximo de cinquenta por dia” (NEVES, 1999, p. 151), em praça pública. “Substituía-se a forca pela morte a chibatadas” (p. 151). Alguns condenados, não aguentando a pressão ante o que lhes traçara o destino, “escolheram”, eles mesmos, sua punição:

Adão, escravo do capitão Paulo Coutinho Mascarenhas, para escapar aos açoites, comeu a cal das paredes da cela, arrancada a unha, morrendo com os intestinos empedrados. / Efigênio, escravo de Aparício da Silva Nunes, simulou crise de loucura. Ao ser transportado da cadeia pública para Santa Casa de Misericórdia, atirou-se ao mar e afogou-se (NEVES, 1999, p 163).

Na linha desastrada dos acontecimentos, da palavra negada, do verbo omitido, da pergunta que não foi feita e da resposta que não foi dada, da teia de equívocos

que o verbo provoca, um anúncio: a liberdade que, agora, para Chico tinha som de morte. Com ela estava livre da dor, da fome, do desejo, do medo e até da esperança, a mesma que o iludira, bem como a todos os cativos do Queimado. Por isso, alimentou sua “vontade de raiva”. Esperava, sim, um encontro com a morte, mas queria fazer dele, uma oportunidade de ser mais forte. Em conversa com João, o negro confessou: “Morrer sem dar um pio, sem soltar um ai. Não soltar meu gemido de morte para satisfação dos brancos, levar ele trancado na goela, seguro nos dentes” (NEVES, 1999, p. 152). Era uma forma de morrer em silêncio! De tudo que a palavra podia falar, Chico resolveu calar. Protegendo suas palavras em uma couraça, o guerreiro não iria simplesmente falar, mas gritar sua luta, por dentro:

[...] morrer em silêncio. E caso a pontada da dor da morte venha tão forte e dóida que nem minha língua mordida abafe o gemido final da minha morte, fica sabendo malungo, que Chico prego vai gritar para dentro do corpo, que meu lamento de dor vai correr o avesso das carnes e rebentar em sangue no grosso das veias, mas não vai varar pelo buraco da boca (NEVES, 1999, p 163).

De fato, Chico a gritou. A Insurreição do Queimado ficou conhecida como o maior movimento em favor da liberdade e o maior símbolo da resistência do africano à escravatura, registrado no Estado do Espírito Santo. A morte o fizera mais forte. Sua alma de enforcado não ficou presa ao corpo, ao contrário, corporificou outras lutas e movimentos ao longo dos tempos. Chico Prego ainda vive como nunca, na lembrança e nas ações! Uma lei municipal foi promulgada, a Lei nº 2204/2014, na Serra. Em 1999 foi reformulada. Denominada *Projeto Cultural Chico Prego*, consiste na concessão de incentivo financeiro para a realização de Projetos Culturais, por meio de renúncia fiscal e participação financeira das pessoas jurídicas e físicas, contribuintes do Município. Chico prego se presentifica em muitos projetos realizados. Onde não chegou seu braço, chegou seu nome. Chico, de fato, era mina. Para nos apropriarmos dessa certeza, em 1999, em uma escrita límpida e clássica, que de certa forma atenuava o tom irônico de escritas anteriores, Luiz Guilherme Santos Neves nos contou essa história, verdadeiro tributo aos guerreiros do Queimado que, agora, podem descansar em paz. As

personagens trabalharão no sentido de fomentar em outras pessoas o desejo de conhecer suas histórias e recontá-las.

No quebrar de certezas, o literato capixaba reconstrói para o leitor uma parte da História que pode ou não coincidir com a versão oficial. Com a mudança de olhar do leitor, novas versões vão se incorporando, e dessas, intertextos surgem, como o que se refere a Babel. As obras de Luiz Guilherme Santos Neves trazem questões polêmicas e valorosas que oportunizam, pelo jogo intertextual, ouvir outras vozes, na maioria das vezes, minorias.

### Referências:

BÍBLIA. Português. Apocalipse grego de Baruque, cap.3,5-8. Tradução ecumênica da Bíblia. São Paulo: Loyola, 1994.

CEOTTO, Maria Thereza. *História, carnavalização e neobarroco: leitura do romance contemporâneo produzido no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1999.

CEOTTO, Maria Thereza. *Navegante do Imaginário – Luiz Guilherme Santos Neves: vida e obra*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Tradução Teresa Louro Pérez. Lisboa: Ed. 70, 1989.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MELLO, Thiago. *Silêncio e Palavra*. Disponível em: <[http://www.sãofrancisco.com.br/alfa/thiago de melo/silencio-e-palavra.php](http://www.sãofrancisco.com.br/alfa/thiago_de_melo/silencio-e-palavra.php)>. Acesso em: 10 set. 2000.

RESENDE, Wilson Lopes de. *A Insurreição de 1849 na Província do Espírito Santo*. 1949. Disponível em: <http://www.clerioborges.com.br/revolta2.html>. Acesso em: 14 set. 2020.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. *Insurreição de Queimado*. 1884. Disponível em: <http://www.clerioborges.com.br/revolta2.html>. Acesso em: 14 set. 2020.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme Santos. *O templo e a força*. Vitória: IHGES; Cultural-ES, 1999.

RESUMO: Este artigo faz uma análise da obra literária *O templo e a força* (1999), do autor capixaba Luiz Guilherme Santos Neves, à luz da intertextualidade proposta por Linda Hutcheon. Retomando o episódio bíblico de Babel e a Insurreição do Queimado, ocorrida no município de Serra, no Espírito Santo, busca-se redesenhar o chão histórico e, ao mesmo tempo, as estratégias ficcionais utilizadas para trazer à tona um contexto de (des)construção. Apropriando-se do enredo, lançam-se diálogos, a fim de por em pauta fatos históricos que contornam a obra ficcional, flexibilizando os acontecimentos e dando voz às minorias. O embate entre os fatos e o silêncio dá oportunidade aos interlocutores de suporem o quão sensível foi o autor em colocar em primeiro plano Chico Prego e seus companheiros de luta por meio do grito em favor da liberdade, mesmo que este tenha sido mudo.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativa brasileira contemporânea – Luiz Guilherme Santos Neves. Luiz Guilherme Santos Neves – *O templo e a força*. *O templo e a força* – Intertextualidade. Incomunicabilidade.

ABSTRACT: This article analyzes the literary work *O templo e a força* (1999), by the author from Espírito Santo Luiz Guilherme Santos Neves, in the light of the intertextuality proposed by Linda Hutcheon. Resuming the biblical episode of Babel and the Queimado Insurrection, which took place in Serra, Espírito Santo, we seek to redesign the historical ground and, at the same time, the fictional strategies used to bring up a context of (de) construction. Appropriating the plot, dialogues are launched in order to bring up historical facts that circumvent the fictional work, making events more flexible and giving a voice to minorities. The clash between facts and silence provides an opportunity to interlocutors suppose how sensitive the author was in putting Chico Prego and his comrades in the foreground at the forefront by shouting in favor of freedom, even though he was mute.

KEYWORDS: Contemporary Brazilian Narrative – Luiz Guilherme Santos Neves. Luiz Guilherme Santos Neves – *O templo e a força*. *O templo e a força* – Intertextuality. *O templo e a força* – Incommunicability.

Recebido em: 8 de março de 2021  
Aprovado em: 28 de março de 2021